

ISS alíquota fixa incidente nas sociedades profissionais: crítica e perspectiva da jurisprudência do STJ a partir de Humberto Ávila

Thiago Zanetti Küllinger

Resumo: O objetivo do presente artigo é criticar a relativização por parte do poder judiciário na aplicação das regras tributárias, restritivas de direitos fundamentais, após a ação do indivíduo, além de analisar os efeitos que essa não aplicação tem sobre o Estado de Direito e o princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Estado de direito. Restrição a direitos fundamentais. Regras e princípios. Dignidade da pessoa humana e sociedades profissionais.
